

Comissão coordena nova fase da reforma

Grupos técnicos pretendem concluir discussões sobre regulamentação, que vai permitir modificar sistema de impostos em 2025

DI FRASLIIA

A primeira fase da regulamentação da reforma tributária aprovada no ano passado chega a uma semana decisiva com uma série de indefinições. A Comissão de Sistematização (Cosist), que vai coordenar os 19 grupos técnicos sobre o tema, iniciou força-tarefa para concluir as propostas antes da Páscoa.

Ontem, o presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), disse que a regulamentação neste ano apenas depende do ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Uma vez finalizados pela comissão, os anteprojetos de lei serão entregues à Fazenda e depois encaminhados ao Congresso. Na segunda-feira, Haddad havia dito que enviará dois projetos. "Ele (Haddad) tem de mandar a regulamentação, ninguém tem um relator antes do texto", disse Lira.

Entre os pontos considerados polêmicos - e que vêm mobilizando tributaristas, governo e empresários



Extração de gás natural no Amazonas: setores de petróleo e mineração estão em alerta com novo tributo

- está o Imposto Seletivo, conhecido como imposto do pecado, a ser cobrado sobre itens considerados nocivos à saúde ou ao am-

biente. A indústria de alimentos ultraprocessados tenta se blindar contra o novo tributo, enquanto as cadeias de petróleo e mine-

ração estão em alerta.

Há ainda embates sobre a composição da cesta básica nacional, que terá alíquota zero do novo Imposto sobre

ANTEPROJETOS

O segundo anteprojeto da regulamentação da reforma tributária tratará do Comitê Gestor do IBS, entidade responsável pela operacionalização das regras definidas em lei complementar; enquanto o terceiro terá o desenho do Imposto Seletivo. Já o quarto texto tratará do contencioso administrativo dos novos tributos. Isso não significa, porém, que serão enviados quatro propostas ao Congresso, uma vez que os textos ainda passarão pelo crivo político. O Imposto do pecado (veja matéria), a cesta básica e até o que é destino são alvo de disputa. A regulamentação deve ser votada ainda neste ano. Só depois disso é que o projeto que alterou a cobrança de impostos no País entrará efetivamente em vigor. O processo, porém, não deve ser simples. A cobrança do Imposto Seletivo deve gerar embates no Congresso.

mara e no Senado no ano passado.

CBS E IBS

São mais de 70 pontos que precisam de legislação complementar e que serão alvo de quatro anteprojetos principais. O mais amplo vai definir as hipóteses de incidência da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), o IVA de competência da União, e do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de estados e municípios.

Esse texto trará ainda o detalhamento dos regimes específicos, diferenciados ou favorecidos, aspecto fundamental para se definir a alíquota-padrão do IVA.

Como a reforma tem a premissa de ser neutra do ponto de vista de carga tributária, quanto mais reduzida for a cobrança sobre certos setores, maior será a tributação geral. Na última estimativa, a Fazenda previu alíquota de 27,5%, das mais elevadas do mundo. (Estadão Conteúdo)

Valor Agregado (o IVA, que unificará cinco tributos), e sobre os regimes específicos, que se multiplicaram em meio às votações na Câ-